

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): UMA ANÁLISE DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

Karla de Paula Ribeiro

RESUMO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é utilizado para verificar a qualidade da educação básica brasileira, considerando o aprendizado dos estudantes na trajetória escolar. O objetivo deste artigo é apresentar como está o desempenho dos estudantes na etapa do ensino fundamental no Brasil, através dos resultados alcançados no IDEB e seus indicadores de fluxo e desempenho escolar. Na sequência, o artigo traz reflexões sobre a importância dos dados estatísticos e as políticas públicas, a partir de análises bibliográficas e de recursos a dados secundários em bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Palavras-chave: IDEB, Educação básica, Avaliação educacional.
Submetido em 25/03/2021. Aprovado em 25/03/2021.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar as variações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Brasil, incluindo a análise dos indicadores que o compõe (fluxo e desempenho), na série histórica de 2015 a 2019, a fim de refletir a evolução do IDEB no ensino fundamental no território federativo. Será que a taxa de aprovação no ensino fundamental vem aumentando ao longo desse período? Como está o resultado do SAEB no ensino fundamental? Como está a evolução do indicador de qualidade nesta etapa do ensino fundamental no Brasil? Sendo assim, a análise compreendeu os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP na etapa do ensino fundamental, compreendendo os anos iniciais e os anos finais.

A importância de apresentar os dados neste artigo está na contribuição às discussões quanto ao que eles representam e como podem ser utilizados. Ao analisar os dados mais recentes do IDEB e a meta projetada até 2021, a sociedade pode a partir destes, planejar e programar ações que promovam a melhoria no ensino aprendizagem na educação básica do país em conformidade com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 que estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ademais, a partir de 2007, com o Decreto nº 6.094, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) passou a ser o principal indicador da qualidade da educação básica brasileira, desta forma, os sistemas de ensino precisam assegurar a elevação dos índices e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2007). O acompanhamento e monitoramento do IDEB na educação básica devem ser realizados não somente pelos sistemas de ensino, mas também pela sociedade com o objetivo de analisar e tomar decisões que ofereçam melhorias na educação.

A escolha do tema foi determinada pela importância do índice na educação básica, a relevância deste para as políticas públicas e para a sociedade. Os resultados do

IDEB contribuem tanto para um diagnóstico presente, como para avaliar tendências e contextos da realidade da educação básica. A análise dos resultados dos estudantes no ensino fundamental no IDEB trás um panorama de como está o sistema educacional nessa etapa da educação básica. As variações do índice auxiliam na compreensão da evolução das metas e objetivos traçados para esta etapa da educação básica.

A série histórica de 2015 a 2019 foi escolhida por conter os resultados mais recentes do IDEB e um intervalo de quatro anos para observar se houve regularidade nos dados. A escolha do ensino fundamental se deu pela relevância desta etapa no desenvolvimento de uma educação de qualidade que é o alicerce para o ensino médio e o ensino superior de uma nação.

O cenário atual de pandemia e o lapso temporal na educação presencial no país terão consequências no ensino/aprendizado, o impacto será observado nos próximos resultados do IDEB no país.

Assim, faz-se necessário analisar os resultados alcançados pelo IDEB nas últimas avaliações do INEP, como também as projeções para 2021. Após esse levantamento planejar ações de melhoria no âmbito educacional que possam contribuir para a qualidade da educação no novo contexto social no país torna-se uma tarefa mais detalhada.

Conforme proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) irá nortear os currículos das redes de ensino das Unidades Federativas no país, como também os projetos políticos pedagógicos propostos em todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, no território brasileiro.

É importante compreender que a BNCC é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver na educação básica e, portanto, um referencial nacional para a construção dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no país.

Sendo assim, a relação da avaliação, aferida por meio de testes padronizados de larga escala, e a base comum nacional curricular, que possibilita a criação de parâmetros gerais de avaliação, é intrínseca. A BNCC se propõe a garantir um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes e as avaliações gerais padronizadas a medir e diagnosticar o ensino/aprendizagem dos estudantes.

A importância dos resultados do IDEB para a análise dos sistemas educacionais com a introdução do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, constituído pelo Decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), no Art. 2º, inciso I, determina a orientação de "estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir" é fundamental como instrumento de aferição na educação.

Os resultados do IDEB, divulgados pelo INEP na série histórica de 2015 a 2019 e as projeções para 2021 fornecem informações para uma abordagem metodológica quantitativa e demonstra como está a evolução deste índice de qualidade na educação básica referente à etapa do ensino fundamental no país, além de contribuir com reflexões para a melhoria da educação brasileira. E desta maneira buscar garantir o direito a uma educação de qualidade a todos os estudantes no Brasil.

Assim sendo, o artigo está organizado da seguinte forma. Na primeira seção são descritos os dados do IDEB além dos de fluxo e desempenho escolar, de 2015 a 2019 no ensino fundamental, anos iniciais e anos finais, disponibilizados no site do INEP. A segunda seção apresenta uma análise sobre os resultados destes dados. Na terceira seção discute-se a importância dos dados para reflexões e decisões assertivas nas políticas públicas. Nas considerações finais, faz-se uma reflexão sobre a importância de alinhar

os resultados dos dados apresentados no artigo e o planejamento das políticas públicas para melhoria no ensino aprendizagem.

2. UM PANORAMA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

2.1 Dados Estatísticos do IDEB

O objetivo desta seção é apresentar os dados do IDEB além dos indicadores que o compõe: fluxo escolar e o Indicador de rendimento com a nota média padronizada no SAEB. A compreensão desses dados quantitativos é essencial para uma análise crítica e contextualizada do resultado do IDEB no ensino fundamental. De acordo com Ramos; Busnello (2005), a utilização dos dados quantitativos conforme classificação quanto à natureza da pesquisa, reforça o uso de técnicas estatísticas e dados que podem ser mensurados em números, classificados e analisados.

O IDEB será explicitado com maior detalhamento nas subseções a seguir, mas a priori, é importante saber que o IDEB varia de 0 a 10, quanto maior, melhor o resultado. A meta projetada para o IDEB nacional em 2021 é alcançar o resultado de 6,0 e de acordo com os resultados mais recentes registrados em 2019, considerando as escolas públicas e particulares no país, ultrapassamos a meta nacional nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental, ficamos abaixo da meta fixada para a etapa, conforme demonstra a tabela (1) abaixo.

Tabela 1 – Metas do IDEB 2019

IDEB 2019	Resultado obtido	Meta Nacional fixada
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	5,9	5,7
Anos Finais (6º ao 9º ano)	4,9	5,2

Fonte: INEP, 2019.

Observe que a cor azul destaca a etapa do ensino fundamental que foi além da meta nacional fixada para a etapa e a cor vermelha destaca a etapa que não conseguiu atingir a meta nacional estimada.

2.1.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

O Ideb é um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esse índice considera o fluxo escolar e o rendimento escolar do estudante no processo de ensino aprendizagem. Ademais, contribui na medição da qualidade da educação e na criação de metas e objetivos em políticas públicas visando à melhoria da educação.

A fim de observar a evolução desse índice, a tabela (2) demonstra os resultados do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental, no período de 2015 a 2019, considerando as escolas públicas e particulares do país.

Tabela 2 - IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil no período de 2015 a 2019.

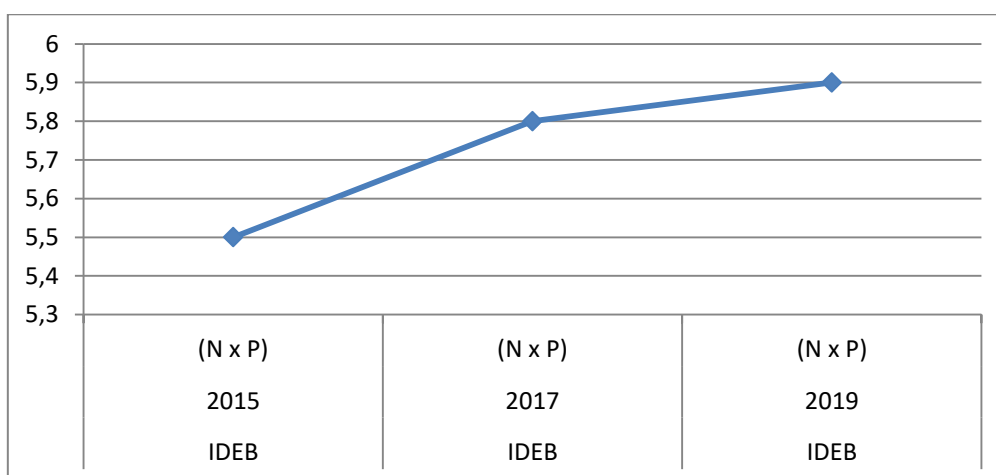
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	IDEB 2015	IDEB 2017	IDEB 2019	Projeções			
				2015	2017	2019	2021
Total	5,5	5,8	5,9	5,2	5,5	5,7	6,0

Fonte: INEP, 2019.

Na tabela (2) é possível observar que os resultados do IDEB no país ficaram acima das projeções estabelecidas para o período. O indicativo é que nos anos iniciais do ensino fundamental, as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) definido pelo Ministério de Educação (MEC) não só foram atingidas como superaram as estimativas projetadas para o período.

Para identificar a tendência na evolução dos resultados do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental no período de 2015 a 2019, observe o gráfico (1) abaixo com os resultados divulgados pelo INEP.

Gráfico (1) - Evolução dos resultados do IDEB, nos anos iniciais de 2015 a 2019.



Fonte: INEP, 2019.

Legenda gráfico 1: (N) Fluxo escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.
(P) Rendimento escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.

É possível perceber a evolução dos resultados do IDEB de 2015, 2017 e 2019, nos anos iniciais, com uma tendência de melhora nos resultados. A linha azul indica que os resultados ficaram acima da meta estabelecida pelo Ministério da Educação.

Na sequência, observe a tabela (3) abaixo, com os dados dos anos finais do ensino fundamental no Brasil no período de 2015 a 2019.

Tabela 3 - IDEB dos anos finais do ensino fundamental, no Brasil no período de 2015 a 2019.

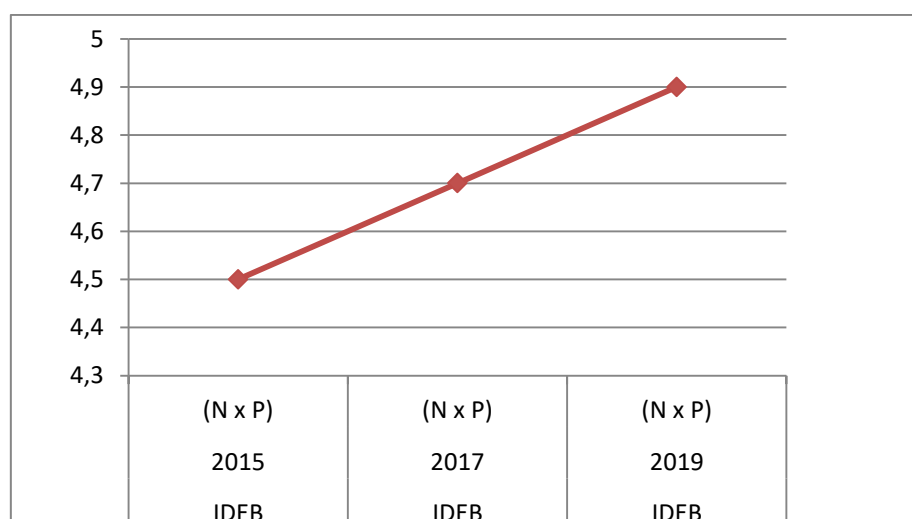
Anos Finais (6º ao 9º ano)	IDEB 2015	IDEB 2017	IDEB 2019	Projeções			
				2015	2017	2019	2021
Total	4,5	4,7	4,9	4,7	5,0	5,2	5,5

Fonte: INEP, 2019.

Na tabela (3) verificamos que as projeções do IDEB estimadas para o período de 2015 a 2019, não foram alcançadas em nenhum dos anos analisados, e o IDEB registrado nos anos finais ficou abaixo das metas estabelecidas pelo MEC no Plano de Desenvolvimento da Educação.

A seguir, observe o gráfico (2) com a evolução dos resultados do IDEB nos anos finais do ensino fundamental, para identificar a tendência na evolução dos resultados do IDEB no período de 2015 a 2019.

Gráfico 2 - Evolução dos resultados do IDEB, nos anos iniciais de 2015 a 2019.



Fonte: INEP, 2019.

Legenda gráfico 1: (N) Fluxo escolar nos anos finais do ensino fundamental.

(P) Rendimento escolar nos anos finais do ensino fundamental.

É possível perceber a evolução dos resultados do IDEB de 2015, 2017 e 2019, com uma tendência de melhora nos resultados. A linha vermelha indica que os resultados ficaram abaixo da meta estabelecida pelo Ministério da Educação, embora tenham evoluído no período analisado.

Desta forma, os dados estatísticos demonstram que os resultados do IDEB avançam no país, o ensino fundamental tem uma tendência de elevação no desempenho dos estudantes. Ademais é possível perceber que os resultados dos anos iniciais do ensino fundamental estão melhores que os resultados dos anos finais na etapa analisada.

2.1.1 Fluxo escolar

De acordo com o INEP/MEC (2019), o fluxo escolar engloba dois eixos importantes: o rendimento e o movimento escolar. Para compreender melhor o rendimento escolar é preciso observar a taxa média de aprovação em cada etapa de escolarização do ensino fundamental, ou seja, os anos iniciais e os anos finais. Esses dados são coletados pelo censo escolar. No que tange ao movimento escolar é necessário entender a mudança de vínculo das matrículas no ano letivo, que variam entre: 1. Transferido, quando o aluno por meio de transferência se desvincula de uma instituição; 2. Abandono ou não frequência, quando o aluno abandona a instituição sem comunicação formal e 3. Falecimento.

Na tabela (4) abaixo é possível identificar a média na taxa de aprovação e o indicador de rendimento nos anos iniciais, a fim de observar o fluxo escolar, importante indicador utilizado no cálculo do IDEB que considera a soma do quantitativo de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola.

Tabela 4 - Taxa de Aprovação e o Indicador de Rendimento nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil no período de 2015 a 2019.

Anos Iniciais	Taxa de Aprovação 2015		Taxa de Aprovação 2017		Taxa de Aprovação 2019	
	1º a 5º ano	Indicador de Rendimento	1º ao 5º ano	Indicador de Rendimento	1º ao 5º ano	Indicador de Rendimento
Brasil						
Total	93,2	0,93	94,0	0,94	98,5	0,95

Fonte: INEP, 2019.

A nota do IDEB tem relação com os resultados das avaliações de larga escala e os níveis de aprovação e reprovação das unidades escolares. A verificação da taxa de aprovação e o indicador de rendimento contribuem para identificar discrepâncias no ensino/aprendizagem, ou seja, se os estudantes estão sendo aprovados com a devida proficiência na área de conhecimento auferida.

Nesse sentido, a tabela (4) apresenta as taxas de aprovação e os indicadores de rendimento nos anos iniciais do ensino fundamental, demonstrando os níveis de conhecimento dos estudantes em relação aos conteúdos avaliados. Observa-se também que a taxa de aprovação e o índice de rendimento aumentaram no período analisado.

Para que se tenha o entendimento de toda a etapa do ensino fundamental, a tabela (5) a seguir apresenta os resultados da taxa de aprovação e o indicador de rendimento em relação aos anos finais do ensino fundamental.

Tabela 5 - Taxa de Aprovação e o Indicador de Rendimento nos anos finais do ensino fundamental no Brasil no período de 2015 a 2019.

Anos Finais	Taxa de Aprovação 2015		Taxa de Aprovação 2017		Taxa de Aprovação 2019	
	6º a 9º ano	Indicador de Rendimento	6º a 9º ano	Indicador de Rendimento	6º a 9º ano	Indicador de Rendimento
Brasil						
Total	85,7	0,86	87,1	0,87	89,9	0,90

Fonte: INEP, 2019.

De acordo com os dados apresentados na tabela (5) a taxa de aprovação e o indicador de rendimento nos anos finais do ensino fundamental aumentaram no período analisado.

Assim, os dados estatísticos demonstram que as taxas de aprovação e os indicadores de rendimento estão avançando no Brasil. Além disso, é possível observar que as taxas de aprovação e os indicadores de rendimento nos anos iniciais estão melhores que as taxas de aprovação e os indicadores de rendimento dos anos finais na etapa do ensino fundamental.

O fluxo escolar como mencionado anteriormente faz parte do IDEB que orienta o planejamento de políticas públicas e acompanha a qualidade do ensino no país.

2.1.2 Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

Os dados utilizados nas análises que se seguem provêm do SAEB, que é um exame nacional realizado pelo INEP de dois em dois anos, desde 1990 e que faz o levantamento e análise do desempenho dos alunos no ensino fundamental e médio nas disciplinas de matemática e língua portuguesa.

Nesse artigo, vamos considerar apenas o resultado do SAEB no ensino fundamental e a nota média padronizada.

Dando continuidade as análises dos dados estatísticos, observe a nota do SAEB dos anos iniciais do ensino fundamental na tabela (6) abaixo.

Tabela 6 - Nota SAEB dos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil no período de 2015 a 2019.

Nota SAEB – 2015				Nota SAEB - 2017			Nota SAEB - 2019		
AI	MAT	LP	N	MAT	LP	N	MAT	LP	N
Total	219,3 0	207,5 7	5,93	224,10	214,5 4	6,15	227,8 8	214,64	6,22

Fonte: INEP, 2019.

Legenda tabela 6: (AI) faz referência aos Anos Iniciais do ensino fundamental.

(MAT) faz referência à disciplina de Matemática.

(LP) faz referência à disciplina de Língua Portuguesa e

(N) faz referência à nota média padronizada no SAEB.

Os testes do SAEB utilizam matrizes de referência, cujos conteúdos curriculares estão relacionados às competências e habilidades que o estudante deve desenvolver a cada ano de ensino/aprendizagem.

Para interpretar a tabela (6) é necessário considerar a escala de proficiência do SAEB. A classificação abaixo nos fornece informações sobre o nível de proficiência do estudante em relação à quantidade de pontos obtidos no SAEB.

Tabela 6 – Escala de Proficiência do SAEB

Escala de Língua Portuguesa		Escala de Matemática	
Nível 0	125 ou menos	Nível 0	125 ou menos
Nível 1	125 a 150	Nível 1	125 a 150
Nível 2	150 a 175	Nível 2	150 a 175
Nível 3	175 a 200	Nível 3	175 a 200
Nível 4	200 a 225	Nível 4	200 a 225
Nível 5	225 a 250	Nível 5	225 a 250
Nível 6	250 a 275	Nível 6	250 a 275
Nível 7	275 a 300	Nível 7	275 a 300
Nível 8	300 a 325	Nível 8	300 a 325
Nível 9	Maior que 325	Nível 9	325 a 350
		Nível 10	350 a 375
		Nível 11	375 a 400
		Nível 12	Maior que 400

Fonte: INEP, 2019.

No SAEB a metodologia de avaliação utilizada é a teoria de resposta ao item (TRI), ou seja, cada questão ou item do teste leva em consideração três parâmetros: o poder de discriminação (capacidade de distinguir a proficiência entre os avaliados); o grau de dificuldade e a possibilidade de acerto ao acaso.

Essa metodologia aumenta a confiabilidade dos testes e nos conhecimentos adquiridos pelos estudantes. A descrição dos itens na escala fornece uma indicação sobre as competências e habilidades que os estudantes desenvolveram em cada intervalo da escala.

Os resultados do SAEB nos anos iniciais, conforme a tabela (6) indicam que a média dos estudantes brasileiros em matemática e língua portuguesa em 2015 e 2017 estava classificada no nível quatro da escala de proficiência e em 2019 a média ficou classificada no nível cinco em matemática, permanecendo no nível quatro em Língua Portuguesa.

Dando sequência a análise do ensino fundamental, a tabela (7) abaixo apresenta os resultados do SAEB em matemática (MAT) e língua portuguesa (LP) nos anos finais, para complementar os dados analisados na etapa anterior.

Tabela 7 - Nota SAEB dos anos finais do ensino fundamental no Brasil no período de 2015 a 2019.

Nota SAEB – 2015				Nota SAEB – 2017			Nota SAEB - 2019		
AF	MAT	LP	N	MAT	LP	N	MAT	LP	N
Tota	257,7	253,5	5,19	260,80	260,7	5,36	265,1	262,30	5,46
l	3	0			7		6		

Fonte: INEP, 2019.

Legenda tabela 7: (AF) faz referência aos Anos Finais do ensino fundamental.
 (MAT) faz referência a disciplina de Matemática.
 (LP) faz referência a disciplina de Língua Portuguesa e
 (N) faz referência a nota média padronizada no SAEB.

Como demonstrado na tabela (7), as notas de matemática e língua portuguesa indicam que os estudantes ficaram classificados no nível seis na escala de proficiência no período da série histórica de 2015 a 2019.

Em conformidade com os dados estatísticos apresentados, as notas nas disciplinas avaliadas e a nota média padronizada no SAEB apresentam melhoras ao longo do período avaliado.

Esses parâmetros permitem estimar o desempenho de um estudante de forma mais precisa, pois considera o padrão de resposta do estudante no cálculo do desempenho.

2.2 Análise da educação brasileira no ensino fundamental.

Este artigo, ao apresentar o IDEB com os indicadores que o compõe, evidencia a realidade da qualidade da educação no ensino fundamental no país, pois parte do pressuposto de que, é necessário saber em que situação está à educação brasileira, observar a evolução do IDEB no período analisado e avaliar a tendência apresentada pelos dados, a fim de planejar ações na área educacional que ajudem a atingir as metas estabelecidas pelo MEC, como também facilitar reflexões que busquem aperfeiçoar os recursos para a melhoria nos resultados.

Os dados de 2019 do IDEB auxiliam a identificar que políticas públicas realizadas nos anos iniciais foram mais eficazes que as políticas públicas adotadas nos anos finais do ensino fundamental no país, como também demonstraram que houve melhoria na qualidade da educação no Brasil. A questão que precisamos nos atentar é a celeridade dessa melhoria. A projeção da meta do IDEB para 2021 preocupa, pois se mantivermos a tendência apresentada nos resultados anteriores, à desigualdade no desempenho dos estudantes nos anos iniciais em relação aos anos finais do ensino fundamental, tende a permanecer.

A taxa de aprovação e o indicador de rendimento apontam que a quantidade de estudantes aprovados no ensino fundamental no país aumentou. Um bom resultado, visto que um sistema educacional com muita reprovação desestimula os estudantes a concluírem o ensino fundamental, causando aumento da evasão escolar.

Objetivando atingir a meta projetada do IDEB para 2021, o país precisará enfrentar os novos desafios que surgiram no ano de 2020 e adentraram o ano de 2021: O controle da pandemia do vírus da COVID-19, que resultou na implementação do ensino

remoto em todo o país ainda que por períodos de tempos diferentes em cada região. Nesse cenário destacou-se a necessidade de manter o ensino/aprendizagem nas escolas, buscar soluções de melhoria para o ensino a distância, evitar ou mitigar o risco do abandono escolar por evasão, evitar grandes prejuízos no desenvolvimento cognitivo dos estudantes e propor alternativas para diminuir a desigualdade educacional agravada pela pandemia. Para esse fim, os resultados do IDEB na próxima avaliação do índice contribuirão para um diagnóstico mais preciso dos efeitos das mudanças ocorridas na educação no país e auxiliarão para que as ações dos entes federativos, União, Estados e Municípios possam ser eficientes e eficazes em prol da educação básica brasileira. Acompanhar com atenção os indicadores de fluxo e desempenho escolar na próxima avaliação do IDEB para verificar possíveis lacunas de aprendizagem, como também os efeitos das mudanças impostas pela pandemia à educação brasileira.

2.3 Importância dos dados estatísticos nas políticas públicas

Para que a educação brasileira possa atingir patamares mais justos e igualitários para os brasileiros, as políticas públicas precisam investir de forma contínua, com visão de longo prazo e com direitos garantidos por lei.

Os dados estatísticos e os indicadores educacionais são essenciais para o planejamento de políticas públicas e precisam ser analisados e interpretados dentro de um contexto histórico, juntamente com outros fatores extraescolares que também influenciam o ensino/aprendizagem. A literatura acadêmica, através de vários artigos publicados, como o artigo do pesquisador e professor Ruben Klein, “Como está a educação no Brasil? O que fazer?”, o artigo de Jacob Arie Laros, João Luiz Marciano e Josemberg Moura de Andrade, “ Fatores associados ao desempenho escolar em Português: um estudo multinível por regiões” entre outros, trazem análises de fatores que são importantes e devem ser considerados quando se planeja políticas públicas na área de educação.

Os fatores associados ao desempenho escolar interferem nos indicadores educacionais. Sendo assim, considerar as variáveis e/ou constructos estudados por diversos pesquisadores (o fator sócio econômico, a infraestrutura das escolas, a taxa de repetência e etc.), contribuem para uma melhor compreensão de fatos e/ou situações da área educacional.

Pommer (2013) cita que o papel da Estatística é fundamental e representa no mundo atual, uma visão já estabelecida. Associa a Estatística a um importante instrumento de coleta de dados, de processamento de informação e de análise decorrente dos diversos conceitos que contribuem no meio científico.

Para que as políticas públicas sejam eficazes, precisam estar embasadas em informações e análises que justifiquem suas escolhas, assim, é importante ressaltar que a análise criteriosa de dados estatísticos para a elaboração de um bom planejamento, criação de políticas públicas e tomadas de decisões mais assertivas é essencial para a melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem no país.

Uma política pública é composta por três componentes: objetivos, instrumentos para que se alcancem os objetivos definidos, e parâmetros ou especificações destes instrumentos (Hall, 1993:278). O que a política pública busca concretizar, podemos chamar dos objetivos pretendidos; os instrumentos são o que será utilizado para concretização dos objetivos pretendidos; e os parâmetros são as particularidades detalhadas dos instrumentos utilizados na política. Assim, uma política com objetivos definidos pode ter seus instrumentos escolhidos dentro de uma série de alternativas, que podem assumir diferentes valores em seus parâmetros.

Para exemplificar, podemos citar o caso do município de Sobral, no interior do Estado do Ceará, como uma política pública com objetivos bem definidos. A cidade apresentou em 2015, um IDEB de 8,8, em 2017, um IDEB de 9,1 e em 2019 um IDEB de 8,4 nos anos iniciais do ensino fundamental. Resultados acima da média nacional projetada para 2021 que é de 6,0.

Todavia, o resultado do município de Sobral, não reflete a realidade do país. Os dados apresentados neste artigo demonstrou que os resultados do IDEB nos anos finais do ensino fundamental no Brasil não atingiram as metas estabelecidas no período analisado, deve-se planejar ações que busquem a causa raiz de não ter atingido o resultado projetado, criar estratégias com foco na melhoria do desempenho dos estudantes nesta etapa, estudar a possibilidade de alocar mais recursos nos anos finais, criar políticas públicas direcionadas para este seguimento entre outras ações que contribuam para reverter essa tendência verificada nos resultados do IDEB. Neste sentido, cabe monitorar os indicadores que compõem o índice mencionado, como o fluxo e o desempenho escolar para que as análises desses indicadores resultem em ações de melhorias para esta etapa da aprendizagem. Por exemplo, os dados do SAEB demonstraram os níveis de classificação dos estudantes de acordo com a escala de proficiência em matemática e língua portuguesa, propor ações no âmbito escolar que contribuam para o avanço nos níveis nesta escala de proficiência, representaria uma melhoria no desempenho dos estudantes e conseqüentemente impactaria na elevação do IDEB.

Diante dos dados apresentados é essencial planejar ações que reduzam a evasão escolar e diminuam a desigualdade na educação, analisando o perfil dos estudantes que deixam de frequentar as escolas e adotando políticas públicas que atuem diretamente nas causas, a fim de eliminá-las ou reduzi-las.

Nesse sentido, de acordo com os dados divulgados no site institucional da Busca Ativa Escolar, 16 dos 23 estados da federação aderiram à estratégia no enfrentamento da exclusão escolar e estão adotando ações para tentar reduzir a evasão escolar. A proposta da Busca Ativa Escolar integra representantes de diversas áreas – Educação, Saúde, Assistência Social e Planejamento com a finalidade de identificar crianças ou adolescentes que estejam fora da escola e agir com medidas adequadas para a matrícula e a permanência destes nas unidades escolares. A metodologia adotada na proposta foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com outros órgãos públicos.

Além disso, investir em formações continuadas para docentes e gestores, a fim de acrescentar novas práticas a rotina desses profissionais, buscar parcerias que agreguem valor aos objetivos pretendidos, entre outras ações a serem estudadas, são alguns exemplos de possibilidades para melhorar a qualidade da educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos desafios conhecidos na educação brasileira, o ano de 2020 trouxe outras questões em vários aspectos sociais e inúmeras conseqüências como: mudanças de ordem econômica, social e comportamental. A pandemia do COVID-19 criou um novo cenário no Brasil e no mundo no âmbito educacional. As desigualdades na educação ficaram evidenciadas com a falta de acesso de parte dos estudantes a internet e recursos digitais, por outro lado à necessidade de adotar novas práticas pedagógicas, o uso de tecnologias digitais nas instituições de ensino se tornaram essenciais para garantir um mínimo de ensino/aprendizagem aos estudantes. Alternativas estão sendo analisadas por diversos setores público e privado para superar os desafios postos por esse novo contexto. Ações podem e devem ser tomadas para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. São diversos fatores que precisam ser considerados para melhorar

os resultados do IDEB no país. O ensino híbrido, ou *blended learning*, por exemplo, é uma tendência na Educação que vem se fortalecendo, integrando a Educação à tecnologia e a novas práticas pedagógicas.

Outro ponto importante a considerar, são as políticas públicas adotadas no cenário nacional. As práticas avaliativas de larga escala utilizadas no país, consideram os conteúdos de um currículo escolar nacional e não contemplam as diversidades regionais e locais, como bem aborda Cipriano Luckesi em seu texto “Avaliação em larga escala e currículo escolar nacional”. Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular no país, os currículos estaduais e municipais serão contextualizados para contemplar as especificidades da identidade local e regional dos seus territórios. Se considerarmos que a parte comum e a parte diversificada dos currículos são entendidas como um todo integrado, conforme indicado no artigo 7º da Resolução CNE/CP nº 2/2017, há necessidade de considerar como os aspectos diversificados serão aferidos.

O objetivo principal da BNCC é estabelecer um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que todos os estudantes deverão aprender e desenvolver ao longo da trajetória escolar para garantir uma educação de qualidade no país (Brasil, 2018). Os aspectos locais e regionais dos currículos fortalecem a pluralidade, a equidade e a identidade dos territórios.

Temos uma necessidade premente de se adotar políticas públicas que vão de encontro com a necessidade da sociedade contemporânea e ao mesmo tempo eleve os resultados do IDEB. Todas essas questões são desafios diversos e complexos postos ao sistema de ensino no país, cujo objetivo deve assegurar o direito à educação para todos, em três dimensões: o acesso à escola, a permanência do estudante durante a educação básica e o desenvolvimento integral do estudante associado ao conhecimento.

O planejamento de novas abordagens e metodologias educacionais ajuda a educação avançar, mas o envolvimento da sociedade no debate e discussões que busquem alternativas para o ensino/aprendizagem é fundamental.

A pesquisa realizada para este artigo utilizou dados estatísticos e contribuições de pesquisadores da literatura educacional, a fim de contribuir no debate sobre a melhoria da qualidade da educação no país. O país precisa avançar com celeridade. A análise do resultado do IDEB das escolas traz subsídios importantes que podem ser utilizados na reformulação de projetos político-pedagógicos.

Não é factível mudar uma realidade complexa de um dia para o outro, mas é possível iniciar um processo de mudança com ações contextualizadas e contínuas na área da educação. As transformações ocorridas na área educacional propiciam reflexões ímpares, possibilidades para inovações e mudanças de paradigmas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Josemberg M. de; LAROS, Jacob A.. Fatores associados ao desempenho escolar: estudo multinível com dados do SAEB/2001. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 33-41, Mar. 2007.

ALVES, Fátima. Qualidade da educação fundamental: integrando desempenho e fluxo escolar. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 525-541, Dec. 2007.

BORUCHOVITCH, Evely. Estratégias de aprendizagem e desempenho escolar: considerações para a prática educacional. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 361-376, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cad. CEDES, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201- 15, Aug. 2009.

FREITAS, Luiz Carlos. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GADOTTI, M. (Org.). Paulo Freire: uma bibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

HALL, Peter. (1993), “Policy Paradigms, Social Learning, and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain”. *Comparative Politics*, vol. 25, nº 3, pp. 275-296.

KLEIN, Ruben. Como está a educação no Brasil? O que fazer? Ensaio: aval.pol públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 14, n. 51, p. 139-171, June 2006.

POMMER, Wagner Marcelo. Conceitos e Aplicações de Estatística para cursos de Ciências Gerenciais: Uma abordagem introdutória, 2013.

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

BUSCA ATIVA ESCOLAR EM CRISES E EMERGÊNCIAS. Busca Ativa Escolar, 2021. Disponível em: <<https://buscaativaescolar.org.br/criseseemergencias/URL>>. Acesso em: 29 de mar.de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.